

O GORDO E O MAGRO: O NORDESTE SEGUNDO GILBERTO FREYRE E DJACIR MENEZES

JOSÉ ESTEVÃO MACHADO ARCANJO*

RESUMO

Uma leitura comparativa de duas das mais importantes obras do pensamento social brasileiro, *O Nordeste*, de Gilberto Freyre e *O outro Nordeste*, de Djalma Menezes, publicadas em 1937. A análise revela que ambas ultrapassam o caráter de estudo regional ao apresentarem interpretações globais acerca da realidade nordestina e brasileira. Entretanto, são totalmente divergentes as conclusões derivadas das abordagens "impressionista" (de Freyre) e "objetiva" (de Menezes).

*Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

É um só o objetivo da nascente sociologia brasileira pós-30: romper o ensaísmo eclético, bacharelesco e conservador dos anos passados, atribuindo maior sistematização e rigor teórico-metodológico à reflexão acerca da realidade brasileira. Contra uma tradição que misturava literatura, filosofia, história e interesses políticos, da qual brotavam conclusões genéricas, em sua maioria de cunho racista e pouco embasadas em observações sistemáticas, estabeleceu-se a necessidade da construção de uma ciência social rigorosa, apta a apresentar respostas para os diversos problemas brasileiros. Explicar cientificamente o país seria dar um sentido à sua história e a seu povo.

Isso não implicou no abandono da preocupação central que desde sempre percorreu o pensamento social brasileiro: a questão nacional. Compreender porque somos uma sociedade fragmentada, onde Estado e povo, ordem jurídica e social são elementos estanques, desarticulados, é ainda a tarefa principal da sociologia brasileira.

Os anos de 1920 trataram de buscar a identidade nacional especialmente na herança cultural e em determinados condicionamentos de raça. Grosso modo, concluíram que diante de mentes primárias ou raças incapazes, como a de índios e negros, seria impossível a constituição de uma nação verdadeiramente livre e soberana.¹

Caberiam aos anos de 1930 refutar tais conclusões, explicando a constituição do Brasil a partir de suas peculiaridades e exotismos, uma totalidade social própria em meio a tantas outras. Mesmo que muitos de seus elementos parecessem estranhos à ciência social clássica e que fosse quase impossível falar de uma cultura nacional única e articulada, a diversidade não invalidava a possibilidade de se falar de uma cultura brasileira.

Essa fase de "redescobrimto do Brasil", ao contestar a "historiografia da elite

oligárquica" Mota (1978:28), proporcionou o aparecimento de algumas das mais importantes obras das ciências sociais brasileiras. Dentre elas destacam-se *Nordeste*, de Gilberto Freyre e *O outro Nordeste*, de Djalma Menezes, estudos ditos "regionais" que, entretanto, caminham no sentido de buscar respostas para as questões nacionais.

As duas explicações tomam por base a análise de partes diferentes da mesma região brasileira. No Prefácio à Primeira Edição de *Nordeste*, em 1937, Gilberto Freyre afirma que sua obra tratará apenas de uma parte do Nordeste, aquela da cana-de-açúcar, de modelo civilizatório baseado na "monocultura latifundiária, escravocrática e monossexual" (1967:XII).² Diferentemente daquele que é sinônimo de seca e miséria, o autor apresenta um nordeste tradicional, velho, gordo, vagaroso, pacífico quase, sedentário, berço

primeiro de toda a brasilidade.

Mas, para além dessa “civilização da cana” (localizada no recôncavo baiano e no litoral, de Sergipe ao Ceará), despontaram na história brasileira outras civilizações, inclusive aquela dos sertões nordestinos, pastoril, “áspera, dura e ascética”, nômade, “sem água e sem solo” (p.78). Desta, diz o mesmo Prefácio, trataria naquele mesmo ano “um dos conhecedores mais profundos de sua formação social”. (Menezes, p. XI).

De fato, também em 1937, foi publicado *O Outro Nordeste*, do cearense Djacir Menezes, tratando do sertão pastoril, especialmente do Ceará. Em seu Prefácio à primeira edição está explícita a diferença. Tão logo expôs as idéias centrais de seu livro a Gilberto Freyre, diz o autor, imediatamente “ele percebeu que realizávamos estudos paralelos: – o nordeste magistralmente pintado na sua obra, contrapunha-se ao nordeste tracêjado nestas páginas” (1937:15).³ O próprio título da obra, *O Outro Nordeste*, foi sugestão de Freyre.⁴

Até aqui os dois parecem inteiramente de acordo. Tratam de espaços diferentes: o primeiro, da casa-grande, da senzala e do engenho, negro e aristocrático, gordo, estável, rico, hierárquico, culto e molhado; o outro, da fazenda, dos vaqueiros e dos currais, magro, pobre, instável, nômade e seco. No entanto, suas interpretações são totalmente diferentes, tanto no que se refere ao nacional como ao regional. Para compreender suas especificidades inicialmente examinaremos cada obra isoladamente. Depois traçaremos um paralelo entre ambas, evidenciando suas divergências.

É intencional certa ênfase em Djacir Menezes, pois, ao contrário de Gilberto Freyre, sua contribuição nem sempre é arrolada entre os nossos clássicos.

O NORDESTE DE GILBERTO FREYRE

A obra de Gilberto Freyre procura relatar o “drama” do nordeste da cana-de-açúcar, civilização outrora pujante e criativa, mergulhada, porém, em franco processo de decadência. Que rumos tortuosos poderiam explicar os descaminhos daquela que foi “a civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos?” (p. 7).

Para responder a questão, o autor utiliza o que ele chama de uma perspectiva “ecológica”, pro-

curando desvendar os laços que ao longo da história da monocultura nordestina se formaram entre a cana-de-açúcar e outros cinco elementos centrais: terra, água, mata, animal e homem. Resalta o autor que só essa perspectiva permitirá a compreensão mais ampla da formação social daquela região. Em acréscimo, possibilitará ainda o isolamento do determinismo naturalista que vigia antes dos anos de 1930.

É difícil para Gilberto Freyre aceitar a decadência daquela complexa e paradisíaca sociedade. Afinal, a região dispõe de uma terra magnífica, “boa”, “escura”, “profunda” e “fértil”, “doce”, “pegajenta e melada”, “macia sem deixar de ser firme”, tão própria à cultura da cana como à edificação sólida de engenhos, casas-grandes e capelas. Uma terra que “parece sentir gosto em ser pisada e ferida” (p. 6), onde a cana amadurece quatro vezes mais rápido do que nas Antilhas, parindo fartura e riqueza.

Também no Nordeste da cana “a água é e foi quase tudo” (p. 19). Ao contrário do sertão, a água aqui abundante, fertiliza solos e mentes. Em seus cursos serpenteia engenhos e vilas, fornecendo transporte, alimento, lazer e beleza. Água farta, perene, que se subordina à lógica do engenho, mas “sem se militarizar em canais rígidos à holandesa” (p. 21). Rios e riachos, cantados por negros e brancos, poetas e sinhás. Várzea do Capibaribe, que recebeu de forma doce e firme as raízes da primeira aristocracia rural brasileira.

São parte desse paraíso as vastas matas da região, imensas e de tantas plumagens, objeto de desejo de portugueses, franceses e holandeses, assim como a imensa fauna, variada e de grande importância mística na vida dos brasileiros nordestinos.

Foi nesse ambiente que surgiu uma colônia de gente farta, “de homens sólidos, com tanto rugeruge de sêda e tanto brilho de rubis” (p. 8), de homens adocicados e amaciados pela terra – “o massapê raramente deu dêsses homens zangados e agrestes, sem plasticidade e quase sem doçura nenhuma” (p. 12) –, de mulheres bonitas, “redondas” e “dengosas”. Terra da suavidade e das boas maneiras, do chá e das mãe-pretas de leite, do ócio favorável ao cultivo das ciências, artes e doces. Em suma, lugar da mais fina e sofisticada aristocracia brasileira. É símbolo dessa sociedade a fi-

gura freyreana do “triângulo rural brasileiro”, equilibrada em seus vértices: casa-grande com senzala, capela e engenho.

Para além da participação da natureza, o sucesso dessa sociedade se deve também a outros fatores, especialmente à proximidade com a Europa, à qualidade do colonizador português – equivocadamente generalizado como criminoso, deserdado ou mercenário – e às boas características do “colonizador africano”⁵, especialmente por sua experiência agrícola e sedentariedade.

Essa civilização é o berço do Brasil. Lá, a despeito de todas as adversidades, devem ser buscadas as raízes mais profundas de nossa brasilidade, especialmente da formação do povo brasileiro, o típico “homem do povo”, mestiço de negro, português e índio, o “cabra”, o brasileiro de fato, “cheio de possibilidades eugênicas” (p. 10).

Para Freyre, portanto, a monocultura da cana-de-açúcar proporcionou, a partir de seus condicionamentos nem sempre fáceis de serem compreendidos, a formação do tipo mais puro do aristocrata brasileiro – o senhor de engenho – e, principalmente, do tipo mais puro do “homem do povo” brasileiro – o mestiço.

O povo brasileiro já está constituído nesse “homem do povo”, formado da mistura dos três sangues. Já se constitui como povo de relativa estabilidade, configurando “uma raça ou quase-raça brasileira de homem moreno do Nordeste” (p. 93). Em sua formação, é bom frisar, se inclui a participação do sangue nobre da casa-grande.

Os dois tipos, o aristocrata e o mestiço, se formaram, portanto, conjuntamente, misturando sangue e cultura. A própria aristocracia, antes de adotar uma endogamia radical, também “tomou um pouco de sangue indígena” (p. 102).

Nascidos da cana, “doidos por doce”, cresceram com uma sociedade onde as relações sociais criadas pelo engenho eram mais doces do que em qualquer outro lugar do país. O escravo do Nordeste não se deixou transformar em máquina de produção e reprodução. Com sua experiência agrícola, amou a terra, adaptando-se e adaptando a si as condições dos trópicos. Especializou-se em “negro-fiel”, “mucama” e “mãe-preta”. Quando não, fundou sociedades policultoras modelares, “esforço magnífico de adaptação e ao mesmo tempo de domínio sobre a natureza realizado aqui

pelo negro” (p. 55). Palmares é o exemplo maior.

Da mesma forma o português, disposto à sedentariedade e à miscigenação, havia sempre demonstrado doçura em suas relações com a “gente de cor”. Permitiu um processo de ascensão social que possibilitou ao mestiço ser mestre de açúcar, maquinista e marceneiro, atingir postos militares, chegar a capitão-mor, intelectual, padre, engenheiro e médico, às vezes tomar parte da aristocracia do canavial. Essa elevação social do mulato foi fundamental para o sucesso da sociedade, diminuindo a prepotência dos aristocratas e abrandando as relações sociais.

Nesse sentido, Freyre não admite considerar negros e mulatos como revoltosos, rebeldes, inferiores e incapazes. Ao contrário, a composição genética do Nordeste é “bem dotada”; revoltas e insatisfações, “fugas”, “banzo”, “lombeira”, “preguiça” e “libertinagem”, todas elas apenas revelam um certo “desajustamento psicológico e social” (p. 150) de um mulato ainda mal integrado aos brancos.

Diante de natureza tão bela e harmoniosa, de sociedade tão culta e fina, de raça forte e de “belos traços”, como é possível Freyre falar de drama e decadência? No entanto, essa sociedade apresentou seus vícios. Para entendê-los a abordagem “ecológica” de Gilberto Freyre não admite subordinar a explicação da dinâmica social à determinação do meio natural. Ao contrário, as causas da decadência são sociais, originárias daquele tipo de sociedade:

“A Monocultura latifundiária e escravocrática e, ainda, monossexual (...) deu ao perfil da região o que êle apresenta de aquilino, de aristocrático, de cavalheiresco, embora um aristocratismo, em certos pontos, mórbido, e um cavalheirismo às vezes sádico. Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas. O perfil da região é o perfil de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira-imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura lati-

fundiária e escravocrática; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosas e mais puras; devastada nas suas matas; degradada nas suas águas.” (Prefácio à 1ª. Edição, p. XII).

Os vícios não são de responsabilidade das raças colonizadoras nem do mestiço. Foi a monocultura da cana, juntamente com seus parceiros – fogo e machado – que degradaram o paraíso. Ocupada somente pela cana, à terra não foi permitido produzir outros gêneros. As conseqüências foram fome e exclusão. Os rios apodreceram, “prostituídos pelo açúcar”, assoreados pelo desmatamento ou transformados em “mictório das caldas fedorentas de suas usinas”; as casas envergonhadas agora “dão-lhes as costas com nojo” (p.35). A relação do homem com a natureza foi comprometida. As enormes e frondosas árvores da região, desrespeitosamente tratadas como “pé de pau”, foram trocadas criminosamente na arborização das cidades por *fico benjamim* e *eucalipto australiano*. A exclusividade da cana afastou a pecuária, empobreceu o cardápio alimentar dos moradores – inclusive dos senhores de engenho – e ainda impediu o surgimento da figura do lavrador. Em suma, cortou os laços que uniam homem e ambiente.

A cana-de-açúcar, no entanto, foi um transplante feliz de cultura agrícola. Sua exclusividade é que foi o erro. Permitiu a geração de uma sociedade criativa e brilhante, acompanhada porém de “perversões sociais” e de “defeitos econômicos e políticos” (p. 56).

Freyre admite que certas condições “desfavoráveis ao homem” eram necessárias ou “insubstituíveis na primeira época da colonização portuguesa do Nordeste, embora pudessem ter sido atenuadas depois” (p. 149). Porém, com o surgimento da usina e do trabalho livre as condições econômicas, sociais e psicológicas do homem nordestino só pioraram. Como então, exigir “a lealdade, a conformidade e a constância” de homens expostos a tais condições?

“A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do ope-

rário. A degradação do homem. Da assistência ao escravo – assistência social, moral, religiosa e até médica, que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas no interesse das próprias terras, da própria lavoura, do próprio açúcar, da própria família (em contato direto com parte da escravaria e indireto com tôda a massa negra) – quase não resta senão um traço ou outro, uma ou outra tradição mais sentimental do que efetiva, nos engenhos mais velhos, numa ou noutra usina de senhor menos ausente do campo.” (p. 156).

A decadência se caracteriza pelo rompimento dos laços pessoais, o processo de industrialização do açúcar e a comercialização da terra. Em suma, à substituição do engenho pela usina, verdadeiro símbolo da decadência. Na unidade industrial o trabalho é árduo e impessoal, a alimentação é escassa e o salário insuficiente.

“O açúcar de usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente na valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de – [menos] em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta.” (p. 157).

Em outras palavras:

“A usina não teve força para acrescentar nada de positivo a essa civilização: só tem feito diminuí-la. (...) Feita uma exceção ou outra não há sentimento de solidariedade nenhum entre o dominador e os dominados. O usineiro é, em geral, como se fôsse um conquistador em relação com conquistados de outra terra. De outro barro. De outro sangue.” (p. 158 e 160).

Assim, não vingou aquela sociedade de sedas e livros, “apodrecou ainda verde: sem amadurecer direito” (p. 56). Se foi capaz de selecionar os melhores homens e valores e formar a mais bela e sábia civilização dos trópicos, por outro lado, carregou consigo o que corrompeu seus próprios valores.

Para Gilberto Freyre, porém, tais conclusões podem levar a uma condenação apressada daquela civilização. Monocultura, latifúndio, e escravidão não “merecem condenação formal de quem se aproxime do assunto sob o critério do relativo” (p. 163). Afinal, nenhum outro processo civilizatório no Brasil foi tão fértil. Pautado em valores dos mais dignos, gerou homens sábios, de cultura elevada. Fundou as duas primeiras escolas superiores do país, adquiriu expressão científica e artística como nenhuma localidade brasileira. Gerou até o abolicionista, aquele que mesmo advogando a transformação da sociedade o fazia em nome de uma cultura universal recheada em seu íntimo do mais profundo sentimento da cultura rural brasileira. O alto nível de desenvolvimento filosófico e cultural da região permitiu que ela mesma gerasse seus críticos, embora aqueles revoltados carregassem em si toda a beleza cultural do “sinhô-môço” (p. 165). Nenhuma outra civilização contribuiu tanto para a formação da cultura brasileira.

Gilberto Freyre encerra seu livro fazendo duas analogias: primeiro, compara o nordeste agrário com as ostras, organismos grosseiros que, no entanto, produzem as mais belas jóias. Por fim, compara a região com a Grécia Clássica, civilização mórbida e escravocrática, porém genial na inauguração de valores políticos, intelectuais e estéticos. E arremata:

“A antiga civilização do açúcar no Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa mesma impressão, em confronto com as demais civilizações brasileiras – a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos, intelectuais” (p. 177).

O NORDESTE DE DJACIR MENEZES

O *outro Nordeste* procura tratar também o drama vivido por um pedaço do nordeste - um nordeste seco, pobre, sertanejo e pastoril, bem diferente daquele paraíso pintado por Gilberto Freyre.

Seu intento, porém, não é simplesmente relatar o drama da região nem tampouco marcar posições políticas favoráveis a essa ou aquela facção –

“tenho uma concepção da evolução humana que desborda das estreitas pautas de qualquer ortodoxia social e política” (p. 15). Seu propósito confesso é estudar rigorosamente a “evolução social do nordeste brasileiro” a partir de uma abordagem tão objetiva quanto possível, contraposta ao determinismo natural e ao idealismo pré-30.

Em *O outro Nordeste* esta preocupação do autor aparece imediatamente na forma como a obra está organizada. Primeiro, ele dedica longa introdução ao tema da “constituição científica da sociologia”; depois, apresenta suas idéias acerca do tema mais polêmico do momento, a relação homem – natureza. Tais argumentos lhe fornecem a base para a apresentação de suas próprias idéias acerca das “condições sociológicas” do homem nordestino. Só depois de tais considerações desemboca o autor nas análises concretas sobre a vida política do Nordeste, a ação das oligarquias, a dinâmica da administração pública, os movimentos sociais e até mesmo a “preparação revolucionária” da região em 1930.

O tratamento da questão biológica era essencial naqueles dias. Para Djacir Menezes, embora sejam importantes as conexões existentes entre o homem e o meio físico, o que deve ser destacado são os aspectos sócio-culturais que envolvem aquelas conexões. A satisfação das necessidades humanas, embora tenha raízes biológicas, percorre um caminho eminentemente social.

“Sobre a evolução biológica se desenvolve o processo da evolução cultural, de forças eminentemente sociais. Quando comparamos a vida biológica dos selvagens á do civilizado, dizem Osborn e Neumayer, a diferença é quasi toda cultural, não de capacidade biológica.” (p. 22).

Assim, a análise da casa-grande ou da senzala, das famílias ou dos movimentos sociais, do regime alimentar, da densidade demográfica ou das etnias exige a investigação criteriosa das “condições internas” a cada sociedade. Ou, como diz o autor, exige a análise do “ambiente social”. Afinal, o homem real é aquele que sofre as influências do meio, porém, transformando-o constantemente a partir de sua ação. Não se pode imaginar o homem racional ideal, servo exclusivo da razão. Por outro lado, não existe o homem passivo em

relação ao seu meio. O homem real é resultado de processo social e histórico, condicionado e condicionador do ambiente onde vive.

“O erro das especulações racionalistas foi argumentar com um homem ideal, que agiria pela razão; ou, do materialismo mecanicista, de um homem passivo, modelado plasticamente pelo meio. Na moderna concepção científica, temos o “homem real”, resultado de processos histórico e social, modificador das próprias condições do ambiente onde atua, criando, pela sua ação, novas condições posteriores que o modificam. O ser humano real está, como dizia Marx, no conjunto das circunstâncias sociais. Na realidade, o trabalho, a atividade humana não é, como crê Hegel – escreve Marcel Moré – o trabalho do espírito desligado da vida real e sensível, mas o produto do homem que exterioriza seu Eu nos objetos que cria.” (p. 41).

Nasce daí a riqueza do autor. Não basta a mesologia para explicar as condições de vida do nordestino, é preciso analisar sua “condição sociológica”. Para isso, “a propedeutica indispensável seria a análise das atividades econômicas que relacionam os elementos componentes dos diversos grupos sociais, em adaptações a diferentes e variados ambientes fisiográficos.” (p. 37).

Para o autor existem pelo menos três nordestes diferentes: o do litoral e vales úmidos, dominado pela agricultura, casas-grandes e engenhos, habitado por brancos, negros e alguns índios tupis; o das praias baixas e arenosas, marcado pela presença de pescadores e uma frágil agricultura de subsistência; e o nordeste do sertão da caatinga, quente e seco, habitado por índios tapuias e vaqueiros, apto quase que exclusivamente à pecuária extensiva.

O que mais caracteriza o nordeste seco é a pecuária. É ela, enquanto forma de organização produtiva, a marca principal da formação social local. Em região tão seca e inóspita, a pecuária exige enormes extensões de terra para a criação de bovinos, ovinos e caprinos. Enquanto atividade extensiva, gera número insignificante de empregos, e, para os poucos que gera, não exige nenhuma especialização. Resta ao homem apenas o serviço de vaqueiro ou o cultivo de uma agricultura primitiva, “índia”, de baixa produtividade e pro-

duto de pouco valor de mercado. A tal trabalho, naturalmente, não se conduziam o caro negro africano – que nos períodos de seca só aumentava a despesa – nem o branco europeu; apenas o índio – “excelente vaqueiro”, logo adaptado à liberdade que o pastoreio proporcionava – e alguns poucos mestiços.

A economia da caatinga, embora tenha formado muitas riquezas a partir das charqueadas, foi incapaz de propiciar qualquer modernização ou crescimento duradouro. As grandes estiagens provocaram períodos de decadência e revelaram sua incapacidade de gerar uma organização social mais complexa e estável. Não apresentava a região, portanto, praticamente nenhuma organização política, nenhuma outra alternativa econômica; não dispunha de trabalhadores especializados, indústrias, povoados ou vilas. Se não tinha a instituição da escravidão também não tinha o trabalho assalariado; predominava a troca de serviços e favores, “algo de feudal” (p. 66).

A civilização pastoril, baseada na fazenda e no latifundiário – que muitas vezes nem mesmo permanecia no sertão devido às condições climáticas e à falta de alimentos que também o vitimava – caracterizou-se como uma sociedade eminentemente rural, de população escassa, móvel e ignorante. A pecuária favoreceu um povoamento extremamente lento. As cidades nasceram muito tardiamente, dificultando o intercâmbio com outros centros e perpetuando a fazenda como espaço exclusivo do exercício do poder econômico e político.

Tal contexto permitiu a grande influência indígena na região. Sua forte resistência, apesar das chacinas e do jesuíta que “abrandava o gentio” – no sertão, “os antagonismos entre a massa aborígene, rebelde à ação resignadora do jesuíta, e os colonos quinoados de doações sesmeiras, encheram de lutas grande parte do século XVII e início do XVIII” (p. 75) – proporcionou-lhe tornar-se o elemento étnico de maior contribuição para a formação do sertanejo. Sua influência pode ser observada na agricultura, na linguagem e na “tez” do jagunço.

Referido contexto sócio-econômico favoreceu a formação de uma sociedade instável, centrada em famílias clânicas e população nômade. Diferentemente do modelo patriarcal o sertão foi dominado por tais famílias, que por seu próprio mo-

delo de exploração econômica e seu isolamento de outras cidades e culturas, não foi capaz de gerar nenhuma outra alternativa que proporcionasse alguma sedimentação àquele agrupamento. O nomadismo, se causado por fatores climáticos, também foi consequência desse modelo produtivo – e não se deve simplesmente ao sangue cigano do cearense.

O sertão, portanto, é uma sociedade “turbulenta”, “inquieta”, “sem fisionomia” (p. 79), permeada de revoltas e rebeliões.

Duas consequências desse percurso histórico são fundamentais: primeira, formou-se um incipiente, “deficiente e enjambrado” (p. 82) aparelho estatal, que mais agia sob o interesse das fazendas e seus proprietários e na justificação da exploração de índios e mestiços; segunda, ensejou-se a emergência de inúmeros e vigorosos movimentos sociais rebelados contra tal ordem.

As origens desse Estado incipiente, frágil e cooptado são encontradas nos fundamentos da colonização portuguesa no Brasil, a organização servil do trabalho, o monopólio e a atividade extrativa voltada prioritariamente para a exportação. Agricultura, indústria e comércio sempre foram condicionados aos interesses estrangeiros. Some-se a isso a constituição de oligarquias que a fazenda propiciou. O resultado foi a formação de verdadeiros “governos domésticos” (p. 169), com todo tipo de expropriação, enriquecimento ilícito, violência e malversação.

Uma sociedade de tão frágil constituição, total ausência do poder público e intensa exploração e miséria não poderia deixar de ser um ambiente sempre carregado de tensões e conflitos. Todos os movimentos sociais nos séculos XVIII e XIX, de brancos, negros, índios ou mestiços, de miseráveis, remediados ou mesmo latifundiários, de caráter político ou puramente econômico, conservadores ou progressistas, são parte desse contexto social.

A miséria do sertão fez com que a região atravessasse os séculos assentada em enorme “plebe rural”, “marginais”, verdadeiros “fora da lei” (p. 79). Entre eles foram duas as manifestações principais de reação: uma violenta, o banditismo; outra mística, o fanatismo. Ambas formas de contestação política, mesmo que imaturas ou equivocadas.

O banditismo, fruto da revolta dos miseráveis

daqueles “sertões desgarantidos”, agregou índios e mestiços:

“Já não são apenas os índios sublevados, nas correrias habituais. As cenas de banditismo são realizadas pelos elementos da plebe mestiça. São os primeiros contingentes do cangaço, fenômeno sociológico que as condições sociais nordestinas determinaram, talvez mercê de contradições e desajustamento dessa nossa sociedade rural instável, entre os elementos da população que trabalha e os proprietários rurais” (p. 81).

O fanatismo, por seu turno, é visto como uma forma de religião “primitiva” daqueles que estão “esmagados pelas forças sociais” e são “incapazes de reagirem de forma conciente” (p. 181).

Ambas as reações são vistas como movimentos pré-políticos. Porém, são genuína “reação do oprimido contra o opressor” (p. 188). Não é à toa que obtêm, na maioria dos casos, respeito, simpatia e proteção do povo.⁶

Os demais movimentos que afloraram na sociedade sertaneja⁷ não deixaram de refletir aquela situação social. Porém, da mesma forma, foram protagonizados por classes imaturas e não passaram também de lutas políticas desorganizadas e inconseqüentes.

“Inúmeros movimentos sociais e políticos do nordeste, da Baía, do Pará (cabanada, sabinada, etc.), apontados como fluxos de anarquia, banditismo, pilhagem, não passam de movimento sociais desses elementos que ainda não aprenderam a falar a linguagem das reivindicações modernas.” (p. 79).

Mesmo assim são algo muito próximo da luta de classes. “ (...) As lutas no sertão, si não tomam o aspecto claro de luta de classes no sentido europeu, é que não ha classes organizadas e definidas.” (p. 163).

O último capítulo da obra é dedicado à “preparação revolucionária” do Nordeste. Afinal, nos estertores da República Velha o Ceará ainda é propriedade das oligarquias. Persiste uma sociedade fragilizada, grassam corrupção e contrabando⁸, o Estado é inoperante e Lampião é tido por todos

como o “Rei do Norte”. Daí a simpatia do nordeste para com a “reação contra a plutocracia cafeeira de S. Paulo”. Somente um claro programa de reformas sociais” poderia pôr fim ao estado de miséria e atraso que as oligarquias espalharam no Sertão. A solução seria o afastamento da classe dominante que continuava impedindo a autonomia econômica e política daquela sociedade.

A CANA E O GADO: DUAS VISÕES SOBRE O BRASIL

Nordeste, juntamente com *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, compõe a trilogia das obras mais importantes de Gilberto Freyre. No entanto, é a menos conhecida das três. Isso se deve à atitude do próprio autor ao considerá-la estudo “regional” e “marginal”.

Na verdade, *Nordeste* não é tão marginal assim. Ao contrário, é obra complementar fundamental às teses freyreanas. Foi elaborada dentro da mesma orientação dispensada às outras obras, permitindo-se ampla liberdade metodológica. Para o autor, em primeiro lugar ela é um “estudo ecológico” e “impressionista”, sem muito rigor teórico ou estatístico, que apenas pretende “esboçar a fisionomia da região”. É uma tentativa de compreender o nordeste agrário por meio de uma reflexão científica, porém através de uma “ciência alongada em arte e mesmo em poesia” (Prefácio à Edição Espanhola, p. XXIII).

Afora esse tratamento – que se assemelha mesmo à poesia e muitas vezes parece não ter qualquer sustentação empírica – o método impressionista de *Nordeste* revela uma estratégia específica e inovadora de observação da natureza e da gente local, descompromissada com teorias ou estatísticas. Ao impressionismo adiciona-se uma perspectiva ecológica que rompe com o determinismo natural e aborda a relação homem-natureza como uma “expressão cultural”. Diz o autor:

“Por critério ecológico, neste caso, deve entender-se amplo critério geral, não só científico como filosófico e até estético e poético, de estudo e interpretação de uma região; e não um rígido ecologismo geométrico de seita sociológica ou geográfica, segura de poder reduzir problemas de cultura e fatos humanos a fatos de física e de história natural. Ou a problemas de geometria.” (Prefácio à Edição Espanhola, p. XX)

Freyre recusa explicitamente qualquer tipo de “objetivismo” nas ciências sociais. Para ele objetividade e estatística são “místicas sociológicas” modernas, às quais ele pretende escapar; praticamente só servem à zoologia e à botânica. O conhecimento da sociedade só se estabelece através de um método compreensivo. Com os seres humanos “o cientista entra em relações de ‘compreensão’ com os objetos de estudo que são antes seres ‘compreensíveis’ que ‘mensuráveis’” (Prefácio à Edição Espanhola, p. XXIII).

A partir de tais pressupostos é que *Nordeste* reforça os elementos centrais do pensamento freyreano. Primeiramente, justifica o modelo de organização social baseada na família patriarcal, instituição síntese da vida brasileira, capaz de garantir a harmonia política, econômica e moral dessa sociedade. Depois, reforça a idéia de uma certa “democracia racial”, garantida pela família patriarcal e pelo espírito de cooperação e tolerância vigente nos diversos grupos étnicos. A mistura racial e cultural sustentaria uma sociedade onde inexistem discriminações e os conflitos por acaso existentes são circunstanciais e solucionáveis. Predominaria um ideal de sociedade fundado na cooperação e no comunitarismo, oriundo de nossas próprias origens étnicas.⁹ Por fim, pela doçura, adaptabilidade e preparo técnico do negro, *Nordeste* sustenta a tese do papel preponderante do africano na formação da cultura brasileira.

O mais importante de *Nordeste*, no entanto, talvez seja a afirmação do regionalismo do autor. Preocupado desde *Casa-grande & senzala* com a decadência do nordeste açucareiro, o autor procura mostrar que o litoral nordestino é o lugar mais propício a seu modelo de sociedade. Apenas ali se reúnem os recursos naturais, técnicos, étnicos e morais necessários para tanto. Soerguê-lo seria conquistar uma nova sociedade, exemplar, rica e sábia, mestiça, fundada em padrões éticos revolucionários localizados para além da ignorância e dos princípios economicistas burgueses.

Infelizmente, o nordeste açucareiro decaiu, apodreceu antes mesmo de amadurecer. Este é o lamentado de Gilberto Freyre.

O pensamento de Djacir Menezes choca-se frontalmente com as idéias de Gilberto Freyre, mesmo que em momento algum ele se refira claramente às idéias freyreanas que está contestan-

do; apenas afirma que ele e Freyre realizam estudos sobre dois nordestes, ambos os estudos com um “sentido de interpretação histórica e social paralelos” (p.16).

Nos fundamentos o contraste entre os dois autores é imenso. Djacir Menezes, mais acadêmico, pretende desenvolver um estudo sobre a realidade social nordestina através da “aplicação do método científico na pesquisa objetiva dos fatos sociais” (p. 9). Desde 1932, quando publicou *O problema de realidade objetiva*, o autor já procurava expor os dois pontos principais de sua abordagem: primeiro, utilizar-se da sociologia como conhecimento científico rigoroso e preciso dos fenômenos sociais; segundo, partir de uma orientação materialista que privilegiasse o estudo das relações sociais de produção.

Sua análise procura afastar certa “invasão de processos subjetivistas” e a “tonalidade idealista” comuns a seu tempo. O primeiro parágrafo da Introdução de 1937 diz:

“Muitas teorias ou sistemas sociológicos que preocupam os estudiosos não passam de meros acidentes na evolução do pensamento científico. Não exprimem as tendências profundas da sociologia, mas desvios efêmeros que refletem as próprias condições sociais em que trabalham os investigadores, alheados da objetividade rigorosa dos verdadeiros métodos da ciência” (p. 17).

A defesa da objetividade sociológica pode ser facilmente encontrada em diversos autores de seu tempo identificados com o positivismo. O que surpreende em Djacir Menezes é o segundo passo: fazer uso dessa abordagem através de uma perspectiva materialista, nos moldes da economia política marxista e procurar aplicá-la à interpretação do pobre nordeste pastoril. “Procurei enquadrar a formação histórica e social do nordeste dentro da evolução do Brasil, em conexão com o processo do desenvolvimento capitalista no ocidente. Este imprime seu ritmo na nossa formação cultural” (p. 9).

Ao longo de toda a obra esse referencial não se perde, seja na análise do Estado português ou dos movimentos sociais. A formação do Estado e das oligarquias, as lutas republicanas e abolicionistas,

cangaceiros e fanáticos, só podem ser compreendidos à luz dessa realidade material.

Outro aspecto é fundamental. Para o autor à ciência não cabe admirar ou simplesmente lamentar a ocorrência de determinados fenômenos. Sua sociologia, por ter a capacidade de equacionar rigorosamente os problemas sociais, tem o poder e o dever de intervir e colaborar na transformação social.

São esses fundamentos que lhe opõem às idéias freyreanas. Em primeiro lugar, sua metodologia é frontalmente contrária ao impressionismo e à sociologia compreensiva. O fato da análise social ser dinâmica e acompanhar a própria evolução social não autoriza nenhuma forma de subjetivismo.

Djacir Menezes também desarma a tese da família patriarcal como célula básica da organização social e política. O desarme se dá em primeiro lugar no nível teórico, quando afirma que “a complexidade crescente do grupo exigiu diferenciação progressiva das funções, surgindo inúmeras outras agências sociais, desempenhando, pela divisão do trabalho, atividades embrionariamente exercidas pelo grupo familiar” (p. 22). Depois, no nível histórico, quando verifica as razões da decadência do patriarcalismo:

“(…) Com a decadência do patriarcado rural, determinada, entre outras causas, pelo incessante desenvolvimento das forças de produção, o maior contacto com o comércio internacional, o sistema casa-grande e senzala se vai esfacelando, agravando-se o antagonismo entre a cidade, que cresce, e os campos, que perdem a ascendência política, reflexo de sua importância econômica. (...) Com a aparição do urbanismo industrial, das firmas comerciais nos centros principais, as senzalas enfraquecem, augmentam as populações dos mucambos, crescem os braços salarizados, desloca-se a importância política dos ‘senhores’ rurais para o industrialismo nascente. Decompõe-se o patriarcalismo.” (p. 44/45).

A família do fazendeiro no nordeste pastoril foi clânica e oligarca, unicamente voltada para seus interesses privados. Se Freyre vê no senhor de engenho o elemento aglutinador de toda a sociedade, de porte assemelhado ao do nobre cavalheiro inglês, fino de trato e idéias, Menezes

aproxima os poderosos fazendeiros da idéia de coronel, bárbaro e agente da desagregação social.

A tese da democracia racial não se sustenta em Djacir Menezes. Em *Nordeste* é imenso o esforço de Gilberto Freyre para mostrar as diferenças existentes entre Brasil e Antilhas, por exemplo, no trato dos escravos. Tenta o autor mostrar que aqui predominaram a docilidade e a integração pacífica do agente civilizador negro na cultura brasileira. Em *O outro Nordeste* a dinâmica das forças sociais leva sempre à superação dos fatores étnicos. “São as forças sociais, que o estado das forças produtivas determinam, que modelam os diversos tipos antropológicos” (p. 193). É óbvio que houve miscigenação e que o mestiço, portador de extremo vigor físico e mental, seria capaz de construir no nordeste civilização tão digna quanto as mais admiradas. Note-se a referência de Djacir Menezes a Delmiro Gouveia, alguém capaz de construir “o mais moralizado, sadio e avançado centro de população laboriosa” (p. 193) do nordeste. No entanto, a mestiçagem não significou ausência de conflito, opressão e miséria. Ao contrário, as estruturas econômicas marginalizaram absurdamente os diversos grupos sociais, fossem brancos pobres, negros, índios ou mulatos. A própria história do nordeste é recheada de conflitos e rebeliões as mais diversas, todas operadas pela mesma lógica da contradição de interesses.

A reflexão de Djacir Menezes não permite imaginar a possibilidade da constituição do projeto freyreano de civilização no nordeste brasileiro. A tese do iberismo se desfaz quando o autor analisa a dinâmica dos diversos grupos sociais, especialmente do português explorador, do coronel fazendeiro e dos setores populares rebelados.

Por fim, Djacir Menezes não lamenta a decadência do nordeste, não chora uma promessa frustrada. Na sua perspectiva, o que entrou em decadência foi a sociedade aristocrática e a família patriarcal. Ruiu o modelo escravagista, atropelado pelas necessidades do mercado capitalista. Faliu o modelo produtivo do engenho, ultrapassado pela usina, pela cidade e pelo trabalho assalariado.

Não há por que derramar lágrimas sobre tais defuntos. O que o autor almeja é transformar uma sociedade que ainda nem capitalista é.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos aqui comentados, embora estudos regionais, apresentam respostas para duas questões fundamentais do Brasil dos anos de 1930. Em primeiro lugar, repelem a tese racista segundo a qual a identidade cultural brasileira era consequência imediata de seus condicionamentos étnicos e ambientais. Ao contrário, afirmam os autores, a formação do homem e da sociedade brasileira só podem ser explicados pelo caminho da investigação histórico-cultural.

Em segundo lugar, rejeitam o pessimismo que, diante da herança racial brasileira e de seus vícios historicamente incrustados, considerava impossível a constituição de uma sociedade moderna, livre e autônoma neste país. Ao contrário, as duas obras estão entre as maiores expressões de afirmação e confiança na sociedade brasileira, a despeito de toda a heterogeneidade.

Os dois estudos, portanto, não se recusam ao enfrentamento da questão nacional. Porém, suas respostas, em que pese as coincidências acima, estão claramente em oposição.

Gilberto Freyre oferece uma resposta conservadora para a questão. Sua crítica ao latifúndio monocultor está repleta de saudosismo anti-burguês. Contra a modernização da indústria (usina), melhor seria voltar aos tempos do ‘antigo regime’, onde vigoravam a autoridade e a hierarquia patriarcal, a dominação consentida e a sociabilidade fundada nas relações privadas. Seria uma sociedade desigual, sem dúvida, menos democrática do que muitas, porém, tal qual a injusta Grécia antiga, capaz de gerar as mais belas “pérolas” que uma civilização já foi capaz de produzir.

Djacir Menezes, por sua vez, oferece uma resposta modernizadora. Também preocupado com a “extrema perplexidade” de seu tempo, importa para o autor subverter aquela organização social – instável exatamente porque baseada exclusivamente na satisfação de interesses privados. Sua resposta aponta, então, para o fim da hegemonia econômico-política do campo e das oligarquias, o fortalecimento do Estado, o favorecimento da indústria e a ampliação da participação popular nos destinos políticos da nação.

A contribuição de Freyre já é por demais conhecida. Na verdade, foi praticamente a explicação oficial do Brasil até os anos de 1950, quando

começou a ser questionada por pesquisadores da Universidade de São Paulo.

Bem menos difundida, a contribuição de Djacir Menezes em *O outro Nordeste* é das mais importantes. Através da análise de uma pobre e desconhecida região brasileira o autor foi capaz de enveredar pelas questões mais cruciais de sua época. Apoiado no materialismo histórico deu imensa contribuição para a análise das classes proprietárias, das bases sociais do coronelismo, da decadência do patriarcalismo e da emergência dos movimentos sociais contestadores da ordem rural brasileira.

As conclusões de Djacir Menezes assemelham-se às de *Evolução política do Brasil* de Caio Prado Júnior (1933)¹⁰. Afirmam que só é possível entender o Brasil – e o Nordeste pastoril – à luz de sua inserção no capitalismo internacional. Por outro lado, atribui à incapacidade e à imaturidade das classes sociais a responsabilidade pelo atraso da revolução brasileira. A pecuária se assemelha a uma ‘instituição total’ que define e bloqueia a formação de tais classes.

Muitas contribuições importantes na história das ciências sociais brasileiras que passaram décadas relegadas foram recentemente reconhecidas. Ainda é tempo de se fazer justiça a Djacir Menezes.

NOTAS

1. Dentre outros, ver Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Oliveira Vianna.
2. Em todas as citações de Gilberto Freyre indicamos apenas a página da 4.ed. de *Nordeste – aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* (1967).
3. Em todas as citações de Djacir Menezes indicamos apenas a página da 1.ed. de *O outro Nordeste: formação social do Nordeste* (1937).
4. Na época Gilberto Freyre dirigia na Livraria José Olympio Editora a Coleção Documentos Brasileiros, na qual *O outro Nordeste* foi o quinto título publicado.
5. Em diversas ocasiões, especialmente quando quer res-

saltar a contribuição do negro na formação da cultura brasileira, Gilberto Freyre se refere ao escravo como o “colonizador africano”.

6. Desses movimentos Djacir Menezes analisa especialmente o caso de Lampião e os movimentos religiosos de Canudos, Juazeiro do Norte e Caldeirão.
7. O autor analisa rapidamente, dentre outros, a Rebelião de Bequiman, a Revolta do Maneta, Cabanada e Balaiada, os movimentos de 1817 e 1824, o movimento abolicionista, a derrubada da oligarquia Acioli no Ceará e os primórdios da Revolução de 30.
8. Muitas informações têm como fonte o pai do autor, Paulo Elpídio de Menezes, que era Diretor da Fiscalização das Rendas do Estado do Ceará.
9. Chamada de “iberismo” essa tese sugere que nosso povo, por sua própria formação étnica, seria movido mais pela sensibilidade e pelos interesses comunitários que pela racionalidade ou pelo utilitarismo.
10. O primeiro estudo brasileiro a utilizar o materialismo histórico como referencial metodológico.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Élide R. (1993), “Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil”. In: BASTOS, E. R. e J. Q. Moraes. (Orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Unicamp.
- CARVALHO, José M. (1993). “A utopia de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, E. R. e J. Q. Moraes. (Orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Unicamp.
- FREYRE, Gilberto. (1967), *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- MENEZES, Djacir. (1937), *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- _____. (1971), *O problema de realidade objetiva*. 2.ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MOTA, Carlos G. (1978). *Ideologia da cultura brasileira*. 4. ed. São Paulo, Ática.
- PIMENTA, Joaquim. (s/d), *Ensaio sobre Ivan Lins, Djacir Menezes e Alcântara Nogueira*. Fortaleza, J. Ozon Editor.
- PRADO JR., Caio. (1979), *Evolução Política do Brasil*. 11^a ed. São Paulo, Brasiliense.